

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2021.r2a26>

Recebido em: 13/07/2021

Aceito em: 01/09/2021

A BUROCRACIA EDUCACIONAL MANIPULA O ENSINO-APRENDIZAGEM E RETARDA O SABER

BUREAUCRACY EDUCATIONAL MANIPULATES TEACHING-LEARNING AND DELAYS KNOWLEDGE

Sebastião Antônio da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7422-8495>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2488105169427731>

Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica

Prefeitura Municipal de Governador Dix Sept Rosado no Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: sebastiaodasilvabr@gmail.com

José Moisés Nunes da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2799-6835>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4938417125282662>

Doutor em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: jmns2008@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios impostos pela burocracia de trabalho no sistema educacional existente no cotidiano escolar, desde a carga documental que sobrecarrega não somente o Gestor Escolar e o Coordenador Pedagógico, mas também, o Professor chegando até o aluno, um dos mais atingidos dentro deste sistema. A complexa e desnecessária exigências e registros que nascem no Ministério da Educação e vem parar nas mãos do aluno, escudado num objetivo que esconde a manipulação do ensino a cada instância, onde o tempo é gasto mais para o preenchimento e construção de documentos do que para a efetivação da construção do processo de ensino e aprendizagem tendo o educando como protagonista da ação do ensinar e aprender. A metodologia que fundamenta nossa pesquisa é de abordagem qualitativa, a partir de uma revisão de literatura e uma pesquisa documental. Como instrumento de obtenção e coleta de dados tivemos a realização de um questionário com um gestor de uma instituição pública localizada no município de Governador Dix-Sept Rosado/RN. A partir desta pesquisa, verificamos que muitos são os trabalhos burocráticos existentes no cotidiano escolar, tendo uma visibilidade de uma maquiagem que encanta e não se percebe o interesse oculto das políticas públicas principalmente no âmbito educacional retardando o saber. A burocracia é a grande vilã dos sistemas, é a arma que o poder público escraviza as pessoas a partir do trabalho até chegar a sociedade em geral. Agindo no silêncio, impede o crescimento moral e intelectual e o desenvolvimento individual e coletivo dentro e fora da escola, tudo sem a percepção da população.

Palavras-chave Burocracia educacional. Gestão escolar. Coordenação pedagógica. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to analyze the existing educational bureaucracy in school life, the documentary burden that burdens not only the School Manager and the Pedagogical Coordinator, but also the Teacher reaching out to the student, one of the most affected camouflaged within this system. The complex and unnecessary requirements and records that are born in the Ministry of Education and end up in the hands of the student, shielded in an objective that hides the manipulation of teaching at each instance, where time is spent more for filling and construction of the documents than for the availability for the affective construction on the process of teaching-learning having the educating as the protagonist of the action of teaching and learning. The methodology that underlies our research is qualitative based on a literature review and documentar research. As an instrument for obtaining and collecting AS and instrument for obtaining and collecting we had a questionnaire with a manager of a public institution located in the municipality of Governador Dix-Sept Rosado/RN. A makeup that enchants and does not perceive the hidden interest of public policies, especially in the educational sphere, delaying knowledge. The bureaucracy is the great villain of the systems, it is the weapon that the public power enslaves people from work until it reaches society in general. Acting in silence prevents moral and intellectual growth and individual and collective development inside and outside the school, all without the perception of the population.

Keywords: Educational bureaucracy. School management. Pedagogical coordination. Teaching-learning.

1 INTRODUÇÃO

A burocracia – termo conhecido por todos no meio social e que diz respeito ao predomínio desproporcionado do aparelho administrativo tanto na vida pública quanto na privada – tem impedido o progresso e o avanço das coisas, particularmente, no âmbito educacional, retardando a incorporação de saberes no processo de ensino e aprendizagem.

Norteadas por algumas teorias e em parte por experiência profissional, apontamos neste artigo mais sobre o retrocesso do Sistema Burocrático Educacional do que sobre as contribuições, uma vez que a burocracia está presente na escola, desde o Gestor Escolar e Coordenador Pedagógico, reverberando nos professores e alunos, sendo esses últimos, em síntese, o mais atingido neste processo social.

Os documentos parecem que valem mais do que o saber fazer propriamente dito. Todavia, defendemos uma sensibilidade inovadora, onde o conhecimento e o saber sejam livres das manipulações e entraves presentes há décadas no sistema vigente, com o nome de democracia e inovações, que na verdade não existem e funcionam mais como óbices do que

como organização. O trabalho neste caso foge da objetividade, desrespeitando o professor e o que faz a educação ser mais do Estado para o Estado do que mesmo do Estado para o cidadão.

Estudos realizados por vários pesquisadores e depoimentos de profissionais da educação apontam para um único entrave que limita tanto a ação profissional como também a forma de lidar no cotidiano escolar, o que coloca a burocracia como a terrorista desse processo que se encaixa no perfil ideal da educação, no qual motiva mais desistência e evasão do que estímulo e gosto pela procura do saber. Weber (2007), afirma ter três tipos de dominação: a legitimação, a tradicional e a carismática. Para ele, a burocracia é a forma mais racional de dominação.

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios impostos pela burocracia de trabalho no sistema educacional existente no cotidiano escolar, desde a carga documental que sobrecarrega não somente o Gestor Escolar e o Coordenador Pedagógico, mas também, Professores e Alunos.

Quando documentos, planos e planilhas, entre outros, são exigidos mais do que o necessário começa então a manipulação de interesses para os agentes públicos atuantes, sendo mais um fruto da criação de pensamentos do que uma necessidade básica de comprovação. Haja visto, que no formato geral, já assegura que deve ser realizado determinados procedimentos. A educação segue mais nesses princípios de áreas jurídicas, com regulamentos, ou seja, Leis e normas administrativas. “Provocando um modo de vida racionalista que acaba por influenciar na natureza da educação” (SOLIGO; SOLIGO, 2016, p. 2).

Percebemos assim que as leis e outras normativas só ampliam a burocratização dando ao Estado o controle na gestão das políticas públicas educacionais com a centralidade do processo, legitimando a sociedade a uma burocracia legal, ao analisar a política de avaliação oficial nota-se a ampliação de controle burocrático, aos produtos e resultados. “A questão da burocracia ainda, e central na discussão dos problemas ao papel do Estado e suas relações com a educação (SOLIGO; SOLIGO, 2016, p. 3).

Podemos destacar claramente que este processo quando deparamos tanto como estudante, bem com professor o excesso de documentos para chegarmos a um específico objetivo, segundo Soligo e Soligo (2016), “a burocracia moderna em seu pleno desenvolvimento coloca o sistema de exames racionais especializados em primeiro lugar generalizando o processo burocrático reafirmando o estímulo de prestígio social em rankings que alimentam a competição e a comparação entre instituições. Isto é reforçado pelo estímulo

social e do prestígio social dos títulos educacionais conquistados, isto também produz uma camada privilegiada.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que fundamenta nossa pesquisa é de abordagem qualitativa, a partir de uma revisão de literatura e uma pesquisa documental. Como instrumento de obtenção e coleta de dados tivemos a realização de um questionário com um gestor de uma instituição pública localizada no município de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

Destacamos a relevância da pesquisa qualitativa como um caminho que nos proporciona reflexões e investigarmos alguns dos entraves vividos em uma instituição pública lócus da nossa pesquisa. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pelo fato deste tipo de estudo, segundo ser uma metodologia utilizada para:

Descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999).

Tendo como instrumento de coleta de dados o questionário, com perguntas abertas e fechadas, constituído por uma série ordenada de perguntas, que foram respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 2017). Assim sendo, utilizou-se procedimentos e instrumento de pesquisa, com o intuito de garantir a melhor compreensão do objeto em estudo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Analisando a ação do Diretor de escola partindo da prática como transformadora e ação colaboradora para a reflexividade docente, avançando através do desenvolvimento de um trabalho em um processo conforme as necessidades do convívio do cotidiano, vemos assim, o personagem do gestor, sendo eleito por democracia ou imposição, frente a uma

responsabilidade que excede o espaço pedagógico extrapolando na maioria das vezes em um trabalho meramente burocrático.

De acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico, a humanidade vem adequando-se as necessidades, em diferentes conotações, através do trabalho, desenvolvendo na realidade, a força de trabalho, seja ela material ou imaterial, em troca de salário. Um novo tipo de trabalho, multifuncional refere-se à função que as instituições escolares tem quanto a competitividade das economias diante da era da globalização. É o capital humano que irá garantir o crescimento gradativo e eficaz da sociedade. Nesse pensar, a escola tem como objetivo, a construção de uma educação humanizada e a formação de pessoas de forma qualitativa, que reúnem pessoas que interagem entre si, onde os bons resultados da aprendizagem é o foco principal da ação educativa a partir do compromisso de todos.

Neste sentido, mudar de diretor para gestor representa uma transformação de concepção de realidade e de significados de ação diante de um novo olhar sobre a tarefa de “dirigir uma escola”. No processo de tomada de decisões, o diretor apresenta características de sua personalidade e outras advinda de uma concepção de gestão. Com base na responsabilidade coletiva, valorizando a capacidade de criar, instituir, normas e procedimentos com base nas experiências subjetivas e nas interações sociais, conferidas pela legislação e pelas entidades mantenedoras, recai sobre as relações humanas o alcance dos objetivos específicos da escola e da educação como todo. A partir das concepções de organização e gestão, há uma mescla estabelecendo um novo estilo aliando todas as questões a prática cotidiana do diretor e da escola, considerando as normas e procedimentos que a regem; e o compromisso de todos os envolvidos nele.

Consideramos assim a escola como um espaço de aprendizagem, agência educativa, de forma a garantir o alcance de objetivos comuns, que contemplem, de certa forma a formação do homem para a vida em sociedade, sujeito esse que precisa desenvolver o senso crítico e reflexivo. Nesse contexto, estabelecer formas participativas e a eficiência nos procedimentos é, um grande desafio ao Diretor/Gestor de escola na contemporaneidade.

3.1 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: RELAÇÃO PEDAGÓGICA-ADMINISTRATIVA A PARTIR DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A escola socialmente se configura em sua construção para realizar a formação humana, em diferentes tempos de vida, chamada para responder questões, busca projetos formativos em diferentes momentos, em inúmeras ações, priorizando o envolvimento da comunidade escolar.

Considerando que não há uma educação universal, uniforme entre si. É uma forma irresistível, imposta sobre os outros para construir fins determinados, cada sociedade impõe um tipo de educação, é necessário que conhecemos esta sociedade e o seu sistema de educação, o modo democrático em que a sociedade participa de maneira integrada, consolidar a vontade popular. A relação pedagógica-administrativa é propiciar a todos o acesso aos instrumentos de aquisição e apropriação do saber. É pela mediação da escola que o saber espontâneo, o conhecimento prévio passa ao saber sistematizado. Envolvida com o contexto e o cotidiano do aluno, a escola deve valorizar o saber espontâneo com o conteúdo fundamental básico, vinculados à realidade do estudante; garantir a apropriação crítica do conhecimento e favorecer a busca pela superação das condições impostas.

Ainda contribuir para a formação do sujeito que desejamos, consciente de seus direitos e deveres, capaz de conviver socialmente em comunidade e em sociedade como todos.

A gestão democrática participativa é traduzida como mobilização, gerada pela ação conjunta de seus componentes, por meio do envolvimento entre os sujeitos no processo político e educativo no qual, a comunidade discute, planeja e soluciona problemas no preceito constitucional de que todo o poder emana do povo. A gestão democrática perpassa todos os sistemas sociais e de ensino, sendo mediadora do trabalho educativo, que todos integrantes da comunidade escolar, trilhem e se apropriem do conhecimento e construam valores e isso só ocorrerá, se houver liderança e participação, cujo, a realização alcance o objetivo traçado em grupo, que se faz com todos para todos os envolvidos no processo educativo.

Assim sendo, a comunidade faz parte das decisões, enquanto o gestor deve liderar e garantir a atuação democrática e efetiva, motivando a participação e integração de ações e propositar. Desenvolver a prática, de assumir responsabilidade em conjunto, adotar o desafio de consolidar a proposta democrática participativa como princípio inerente a sua função.

Dessa forma, o melhor resultado do processo de educação só é possível com a efetiva participação coletiva, onde o envolvimento de todos em âmbito educacional, na tomada de decisões tenha viabilidade nas soluções dos problemas, no processo de ensino-aprendizagem com educação de qualidade para todos.

4 A BUROCRACIA NA GESTÃO ESCOLAR E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: ENTRAVES E DESAFIOS

O artigo apresentado parte de um estudo para realização de uma pesquisa com o propósito de avaliar a insatisfação gerada a partir da burocracia em relação aos serviços prestados pela educação. É importante ressaltar que se trata de uma pesquisa de entraves documentais. E os temas a serem abordados respectivamente são: Gestão escolar, Coordenação Pedagógica, Professores, qualidade em serviços, satisfação dos alunos e liberdade de ensino.

O princípio da gestão democrática da educação respaldada na legislação do Brasil, a Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) sugerem o envolvimento dos seguimentos sociais, cujo, a sua atuação pode determinar a qualidade do desenvolvimento dos trabalhos administrativos e pedagógicos nos estabelecimentos de ensino. “A Constituição Federal de 1988 e a Lei (nº 9394/96) – trazem artigos que sugerem uma gestão participativa, colegial e dialoga envolvendo os diversos seguimentos dispostos no processo de ensino e aprendizagem”. (PACHECO; CERQUEIRA, 2007, p. 36).

É visto que há um crescimento documental como um elástico prende a exigência burocrática de registro, tornando o tempo precioso do ensinar, do aprender, do buscar, do desenvolver habilidade, que ficam presas no pacote de medidas das instâncias maiores da educação que parece não confiar e acreditar no profissional que está em frente de um determinado exercício profissional.

Os profissionais da educação, seja em sala de aula ou em outras instâncias do sistema educacional são viabilizadores do direito a educação assegurada na Constituição Federal, sendo obrigação da União, dos Estados e Municípios o executar desse processo, bem como, as instituições privadas, o que implica a estes profissionais em suas tarefas algo mais além do simples cumprimento de ações burocráticas. Com isso, o próprio sistema educativo exige

mudanças, pois o espaço escolar não deve mais se extrapolar a aplicação de regras, frente as demandas colocadas a escola.

Como diria Taylor (1990), não querendo aqui contrariá-los mas aumentar a sobrecarga burocrática no âmbito da administração institucional e no ensino-aprendizagem é mais um crime praticado diante dessa desconfiança estabelecida ao sistema educacional no país, o que mais se vê é a planilha do gestor abarrotada de documentos, a planilha do coordenador pedagógico e a enorme carga de documentos e exigências nas costas dos professores, que na maioria dos casos é tão somente para ministrar uma aula.

As exigências despejadas de cima para baixo que recai sobre o professor e termina na sala de aula que é o último de baixo e deve suportar todo peso, pois quem está em cima não quer saber do impacto em quem está em baixo. No âmbito da escola pública das periferias e na educação do campo com escolas de várias séries em classe única onde um professor sozinho deve dar uma boa aula para o ensino infantil e para os outros alunos do 1º ano até o 5º ano no mesmo horário e numa única sala de aula e ainda dar uma boa assistência a algum aluno que seja portador de atenção específica.

Essas instituições de ensino vivem a pedir misericórdia, mais a resposta é que a quantidade de alunos não dá para montar duas turmas pelo menos. Segundo Pacheco (2016), “então essas escolas que tem salas de 30, 40 alunos só as tem porque querem... a relação de professor e alunos fosse menor do que de um para 10. Então as escolas brasileiras não são geridas pela pedagogia, são geridas pela burocracia”.

Para Pacheco (2016), “o sistema tradicional de ensino... deixa a desejar naquilo que é mais importante objetivo educacional: a humanização do indivíduo”. E sobre as dificuldades que as escolas brasileiras enfrentam ele aponta três grandes obstáculos: “o primeiro eu e a minha cultura pessoal e profissional; o segundo a renovação da cultura do aluno... e o terceiro obstáculo é a família e a sociedade que pensam que a escola tem que ser como é”.

Ainda nos respaldamos nas reflexões apontadas por Pacheco (2016), quando evidencia que “vários são os aspectos apontados por diversos operadores do Sistema nos seus mais diversos níveis, de Secretários, Ex-secretários de Educação a Professores, que concorrem para desviar o Sistema Público de Educação de suas finalidades”. O que na realidade tem sido e ainda é bem corriqueiro em nosso meio. Via de regra, devemos despertar, abrir nossos olhos,

pois não admitimos mais é real o cidadão é educado para preencher as necessidades do mercado de trabalho, criticamos o passado mais ele continua presente.

O Estado educa o cidadão ao modo de suas necessidades e tem pronto o seu perfil facilitando quando lhe é favorável e dificultando quando não lhe convém. Para isso divide o sistema em programas para desviar a atenção merecida e não aguçar a curiosidade dos mais atentos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, em seu seio estão vários programas com finalidades específicas que são mais para enriquecer a burocracia do Ministério da Educação do que resoluções de problemas.

Para que a estrutura da educação seja coerente com sua função social, buscando diminuir a demanda e as necessidades existentes, estabelecendo prioridades o Ministério da Educação cria autarquia e programas burocraticamente. “O FNDE existe desde 1968, como autarquia do Ministério da Educação, e tem por finalidade a captação de recursos para projetos educacionais” (PACHECO; CERQUEIRA, 2007 p. 31).

Podemos compreender a boa intenção, mas alguns desses programas são desconhecidos da comunidade estudantil e da maior parte das famílias brasileira. “ Os programas são: Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE; Programa Nacional Saúde na Escola – PNSE; Programa Nacional de Transporte da Escola – PNTE” e ainda temos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB” (PACHECO; CERQUEIRA, 2007, p. 32).

A educação ao longo do tempo excluía todos que estivessem diferenças de qualquer natureza, era a chamada educação imaculada, quem não estivesse dentro dos padrões formais estava de certa forma excluído. Era uma seleção feita para uma escola padrão, de destaque, não era só os portadores de necessidades específicas, mas também os de extrema pobreza. Nos dias atuais algumas escolas promovem seleção de eficiência através de concursos de vagas, que em sentido figurado é mais uma regra de um passado camuflado do que mesmo questões de vagas.

A partir das reflexões apresentadas até o momento, observamos que muitos são os entraves vividos pela escola, de modo que esses serviços burocráticos dificultam a construção

de um trabalho dinâmico, significativo e que contribua para a construção de uma educação pública de qualidade.

4.1 SISTEMA DIGITAL: UMA MODERNA E INOVADORA BUROCRACIA?

Alegando rapidez e eficiência, mas o que ocorre neste sistema impulsiona para algum lugar que já está preparado antecipadamente, alguém já deixou feito ou quase feito no sistema para que outro possa concluir a tarefa. Típico do consumismo mundial onde a produção é mais importante do que a qualidade do produto, o encaixe perfeito no sistema de ensino brasileiro, as instituições e a população são obrigadas a aderir essas ideias inovadoras que é mais um bloqueio agora eletrônico da cúpula do que mesmo a solução de problemas, em nome da necessidade básica, no caso citado o educacional. A maior flexibilidade e rapidez de respostas, as contingências de mercado impeliam-na a adotar um modelo burocrático flexível” (ALBUQUERQUE; BILAR; MOURA, 2016, p. 2).

Encantadora, mas mantenedora do controle o Sistema digital nos mais variados usos de utilidade pública ou privada tem consigo o mesmo entrave tradicional, as disfunções, o excesso desnecessário de documentos, exigências incabíveis, ainda mais, não aceita argumentos, já que alguém em seu lugar, um humano aceitaria de certa forma pelo menos uma justificativa. “No entanto, a essência não mudou, a burocracia persiste e preza pelo controle, pela eficiência e produtividade. Ferramentas são estabelecidas para garantir o resultado desejado, uma delas seria a tecnologia da informação, mas o que se percebe é a perpetuação do burocratismo, ou seja, expressão do setor privado e instituições públicas cujos processos ainda estão contaminados pelas disfunções burocráticas” (ALBUQUERQUE; BILAR; MOURA, 2016, p. 2).

Inserida na legislação e escondendo objetivos, mais muito fantástico aos nossos olhos, os usuários das tecnologias estão condicionados como entorpecentes, escravizados e sem argumentos de defesa já estabelecida pela indústria e economia global, como nas revoluções industriais passadas o trabalhador é submetido as medidas impostas de forma despercebidas, sendo que em nome das inovações o sistema determina e obriga a fazer, que na linguagem digital se diz: o sistema não aceitou. Segundo Alves (2004) “a burocracia racional-legal apresenta estatuto que dominantes e dominados acreditam possuir validade legítimas sendo,

portanto, motivador para obediência desejável” (ALBUQUERQUE; BILAR; MOURA, 2016, p. 30)

Fruto da ideologia de pensamento, e pouco necessário em sua maior parte, documenta a desonestidade humana existente no seu comum todo, a desconfiança e o julgamento oculto de uns para com os outros ao longo do tempo e tem crescido aceleradamente com a desumanidade e injustiça social. Haja visto, que nem todos dispõem do que são exigidos o que elimina automaticamente qualquer opositor, criado para obstruir e não para facilitar. “A burocracia é uma criação humana, mas, o próprio homem, falha ao colocá-la em funcionamento” (LAPASSADE, 1967, p. 6).

Tudo que se faz deve ter um registro que comprove é verdade, pois tem sempre um desonesto duvidando; um detrator coberto de infidelidade e ganância, que sempre cobra o impossível para conseguir subsídios que possa impedir os objetivos de alguém. É verdade o prepotente nunca se coloca no lugar do outro. Há sempre um propósito específico, mais não revelado que direciona ao interesse próprio. Há propósito mesmo na mera simplicidade de trabalho operacional do computador, que tem lá suas etapas burocráticas em suas janelas digitais e sistemas programados. Como afirma Turban (2010), “os sistemas de informações são responsáveis por coletar, processar, armazenar, analisar e disseminar informações para propósito específicos”.

O próprio sistema estabelece regras, etapas, sanções e punições e ainda pode bloquear o usuário caso desobedeça a sequência burocrática desse tão elogiada inovadora que coloca o virtual acima do material, condicionando a mente humana a uma tremenda ilusão de benefício. Embebida na filosofia na Nova Ordem Mundial é lógico que as multinacionais são beneficiadas pela ajuda da implantação desse sistema no mundo a todo custo e sem olhar as consequências, tem a humanidade e a matéria-prima na palma da mão, na ponta do dedo é a Nova Era. “As principais capacidades de sistema de Informações computadorizadas na linguagem verbal: automatizar, monitorar, promover, facilitar, integrar, armazenar, permitir, realizar, elaborar, aumentar, fornecer, controlar e acompanhar” (ALBUQUERQUE; BILAR; MOURA, 2016, p. 9).

Tudo isso é burocracia inserida no lúdico digital, que um leigo, um inocente diplomado não percebe, mas para um programador da área da computação sabe muito bem que se trata de uma conservação do passado que usa ferramentas modernas dentro da área burocrática

empreendedora que pública que privada. De fato, a tecnologia surge como poderosa forma de obter um aumento na produtividade impulsionando as organizações tanto no setor privado como no setor público a buscarem continuamente novas soluções. Os processos de obtenção e manipulação das informações são beneficiados pela rapidez de tratamento” (ALBUQUERQUE; BILAR; MOURA, p. 10).

A fantasia das máquinas digitais encanta as faculdades mentais do ser humano, a concentração de investimentos e o uso exagerados dos utensílios tecnológicos leva ao delírio, ao desaprender porque tudo está no sistema, isolando-se do mundo físico, o material, o concreto, o real para envolver-se com um mundo virtual, apreciado mais sem o contato que tanto enriquece a harmonia e a interação.

É a febre da tecnologia querendo ou não temos que adaptar-se as contingências do ambiente de mercado, a bestialidade social condicionada, reprogramado para o novo normal que é mais uma pura criação da mente. Todavia, “Paula, (2002) denomina esse fenômeno de falácia da desburocratização, já que considera a adaptação da burocracia ao novo contexto histórico” (ALBUQUERQUE; BILAR; MOURA, 2016, p. 11)

Típico da política moderna em resistência tenta dominar o mundo com longos argumentos fala uma coisa e arquiteta outra, filosofias, ideologias que destroem mais do que o que constroem, tece como aranha segurando os interesses encobrindo a realidade perante a vivência humana. “Regulamentação: há definição de regras e procedimentos, mas esses não apresentam de forma preponderante o atributo da rigidez. Basear-se manter o registro dinâmico dessas regras a fim de garantir o bom funcionamento da organização, mas muitas dessas regras são introspecção pelos funcionários sem necessariamente, precisar de registros” (ALBUQUERQUE; BILAR; MOURA, 2016, p. 12).

Nada mudou até então, o hipnotismo intelectual, o ilusionismo digital, são frutos de um novo momento com raízes fincada no passado, pois são os mesmos interesses escritos com as mesmas letras usando apenas a digitação e não a pena e o lápis. “O advento da tecnologia da informação traz uma nova roupagem dos elementos burocráticos” (ALBUQUERQUE; BILAR; MOURA, 2016, p. 15).

4.2 O PROFESSOR E A OBEDIÊNCIA DA BUROCRACIA DO ENSINO

A sobrecarga de exigências do Sistema Educacional doutrinando e treinando na obediência e na ética moral e profissional, considerando que toda pessoa sabe ensinar sem ser graduado é nesse contexto filosófico que menos preza o professor, que vegeta entre as ocupações do ofício a burocracia do mercado e as críticas na maior parte destrutivas que a maior parte da sociedade faz juntamente com alguns intelectuais hipócritas que de propósito não percebem de bons olhos o dia a dia do professor.

Podemos começar pelo Plano Nacional de Educação PNE; Plano Decenal de Educação PDE; chegando mais perto do professor temos a Plano Diretor a nível de município e os planos a nível da entidade escolar com plano anual do componente curricular, o plano bimestral, o plano quinzenal e o plano diário da aula a ser ministrada. Tudo porque de cima para baixo temos o Conselho Nacional de Educação CNE; o conselho Nacional de Secretários de Educação CONSED; a União Nacional dos dirigentes Municipais de Educação UNDIME e ainda o Congresso Nacional de Educação CONED. São tantos planos e conselhos para se educar a alguém, mas o professor para que se tenha uma boa escola e um bom ensino compete a eles, “os professores saberem quantas e quais estudantes estão com dificuldades em cada componente curricular/disciplina” (SILVA, 2015, p. 84).

Em nossas interpretações, percebemos que é como se o professor não soubesse trabalhar como o sistema impõe, destacamos dessa forma, a importância do professor como o protagonista do processo educativo, tendo autonomia para organizar todo trabalho pedagógico, de modo a atender as reais necessidades dos educandos.

Não podemos deixar de mencionar as obrigações pessoais exigidas pelo sistema, no tocante ao preenchimento do diário de classe, as frequências, as notas bimestrais, testes, provas e as avaliação diagnóstica, avaliação processual, avaliação continua e os objetos do conhecimento trabalhados a cada bimestre e, por fim, um relatório no caso de alunos com deficiência na sala de aula regular, destacando suas necessidades.

“A educação e o estabelecimento se sistemas educacionais centrados na hierarquia das salas de aulas revelam-se como palco privilegiado da formação da burocracia moderna” (SOLIGO; SOLIGO, 2016, p. 45). Nesse pensar, o professor considera-se liberto, intelectual, promotor da liberdade, inovador de ideologia, defensor de igualdade social, ver tudo em sua

volta menos a si mesmo, tem permanecido como uma marionete na mão dos políticos da alta cúpula tanto da direita como da esquerda e do centro, lacram os professores o tornando escravos intelectuais do sistema Educacional que nunca mudou e não vai mudar, porque a religião, a educação e os governos são usados pela cúpula para controle da população.

Neste contexto, que vivenciamos a cada dia quem deve aprender é o professor e não o aluno, o descumprimento de alguma regra ou documento imposto trará sérios problemas para o educador. Haja visto, que até para adoecer de certa forma o professor terá que escolher o dia, um fim de semana, um feriado ou no recesso escolar caso o contrário dependendo da enfermidade, doença, o atestado médico não vale, isso se o médico atestar que é um caso a ser pensado, é a subjetividade harmoniosa da cobrança, tem que ser e assim será. “A escola é amplamente burocratizada, percebe-se isso nos exames, nos critérios de seleção, de promoção e nos programas” (SOLIGO; SOLIGO, 2016, p. 48).

4.3 O ALUNO E O DRAMA BUROCRÁTICO DO SISTEMA EDUCACIONAL

Prejudicado desde quando começou os primeiros lotes de documentos, recebe o incentivo hipócrita de que tudo é feito em benefício do aluno, a segurança, a garantia de direito, fazendo com que funcione a ingenuidade do estudante que é humilhado e detratado pelo sistema dominador do poder. A burocracia vem do alto para baixo como uma avalanche, como um deslizamento de terra desce morro abaixo soterrando e sufocando o estudante antes mesmo do final do ano letivo, o cansaço das tarefas, péssimas condições de vida fazem desistirem, abandonarem, evadissem dos estudos entre outros motivos pessoais. “O processo pedagógico é político porque visa formar profissionais adequados a uma hierarquia de trabalho, bem como, inculcar no aluno as reações de dependência e subordinação” (SOLIGO; SOLIGO, 2016, p. 45).

Burocraticamente são atribuídos ao aluno oito componentes curriculares em média que são bases fundamentais para a aprendizagem, são quatro notas para cada componente e um resultado final que tem que ser atingido, caso contrário farão uma avaliação de recuperação com uma média estabelecida, caso contrário perde o ano de estudo, um crime educacional do sistema, um ano de dedicação para a burocracia destruir com as normas da legislação. Tudo porque o resultado não foi equivalente ao imposto e desejado pela burocracia do Sistema

Educacional Brasileiro. Como afirma Pacheco (2016): “É porque as escolas brasileiras não são regidas pela pedagogia são regidas pela burocracia”.

No ensino fundamental, o ensino está estruturado em 4 ciclos, compreendendo assim, as atividades letivas seguem os ciclos, períodos e ano/série que se completam. O aluno não conhece a burocracia atribuída e colocada para ele superar no decorrer do ano letivo.

Os currículos, tanto das escolas públicas como das privadas, seguem uma dinâmica semelhante a produção capitalista. Os alunos passam de disciplina a disciplina (componente a componente) de professor a professor, chegam a secretaria quando estão prontos e recebem notas e certificados num processo semelhante a uma linha de montagem. Dessa forma, na busca do lucro, enquanto na administração capitalista empresarial temos o binômio tempo e espaço, na administração escolar, que se orienta pelos mesmos princípios capitalistas temos a relação tempo e conteúdo (PACHECO; CERQUEIRA, 2007, p. 37).

Os recursos econômicos e filosóficos do poder que domina o mundo, a globalização utiliza a educação, tudo porque a educação junta com as crenças e os sistemas de governos controla e manipula a população a seu benefício; compadecida a escola abraçou os alunos como filhos, esquecendo seu objetivo que é científico, libertador, esclarecedor e pôs no colo para acalantar e conjugar com seu cônjuge o mesmo verbo. Eles usam a escola como alívio de responsabilidade o que faz mudar o perfil da educação criando uma realidade conflituosa no ensino-aprendizagem. “Os alunos tendo sucesso na escola pelo desenvolvimento de seu potencial e o gosto e hábito de aprender, são o foco principal da escola” (LUCK, 2009, p. 21).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos burocráticos em sua totalidade convergem para uma formação de quadro técnico para atender as exigências do capitalismo. Anseia-se que, por meio da educação e formação políticas os sujeitos sejam capazes de modificar a realidade através da compreensão do real, tornando-se livres da lógica de ampliação da mais-valia.

A educação na sociedade moderna capacita o indivíduo para obedecer a regras sociais e políticas do sistema que muitas vezes são fixas. Uma fórmula que impõe, que induz a submissão ao sistema burocrático educacional e anula o indivíduo que passa a utilizar as regras estabelecidas para definir e fazer cumprir as obrigações do que tal sistema acha que é direito,

quando sabemos que os direitos são automáticos e não burocráticos como os veículos do poder tem transmitido para a sociedade em geral.

A partir desta pesquisa tivemos a oportunidade de conhecer de forma mais próxima o dia a dia do trabalho do gestor escolar, focando os principais desafios enfrentados por estes profissionais, bem como, os fatores que dificultam o desenvolvimento de um trabalho gestor mais dinâmico e qualitativo.

Assim, acreditamos que por meio desta pesquisa, muitos ainda são os obstáculos enfrentados pela gestão de uma escola, o que requer de toda a equipe, um trabalho colaborativo, dinâmico e que contribua para a melhoria do serviço público.

Então, com essa pesquisa focamos para muitos horizontes, no sentido de compreendermos que embora o serviço burocrático na escola, seja necessário, mas é preciso uma certa dinamicidade, por parte do gestor, para que seu trabalho não se resuma somente ao preenchimento de documentos, deixando as outras áreas sem foco.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. R. e S. A de; BILAR, A. B. C.; MOURA, F. F. da S., **Revista de Mestrados Profissionais**, UFPE, v. V, n. 1, abr. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

LAPASSADA, G. Burocracia, burocratismo, burocratização. In: MORIN, E. **A burocracia**. Lisboa: Sociocultura, 1967.

LUCK, H. **Dimensões da Gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PACHECO, R. G.; CERQUEIRA, A. S. **Legislação Escolar**. Brasília, DF, 2007.

PACHECO, J. A. **Educação, formação e conhecimento**. Porto: Porto Editora, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, I. N. **Práticas de gestão escolar**: um estudo de caso na Escola Estadual Joaquim Maurício de Azevedo de Janaúba/MG. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2015.

SOLIGO, V.; SOLIGO, M. G. Relações e Tensões entre Burocracia e Gestão Escolar. **Pleiade**, UNIAMÉRICA, v. 10, n. 19, jan./jun. 2016.

TAYLOR, F. **Princípios de Administração Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TURBAN, E.; LEIDNER, D.; MC LEAN, E.; WETHERBE, J. **Tecnologia da informação para a gestão**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2007.